Jornal A Sirene e a Retratação do Cotidiano como Instrumento de Comunicação, Mobilização e Disputa de Narrativas[1]

Elaine DAL GOBBO[2]
Edgard REBOUÇAS[3]
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar como o jornal A Sirene – Para Não Esquecer utiliza-se dos relatos sobre a vida cotidiana dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, para denunciar o crime ambiental, promover mobilização e a disputa de narrativas sobre o ocorrido e suas consequências. Para isso, fará uma breve retrospectiva sobre o crime ambiental, além de abordar o surgimento do informativo e seus objetivos. Também serão utilizados exemplos de matérias do veículo de comunicação para trazer reflexões sobre a vida cotidiana dos atingidos, aliados às reflexões de autores como Agnes Heller, Beatriz Bretas e Anthony Giddens.

Palavras Chave: cotidiano; crime ambiental; narrativas; democratização da comunicação

Introdução

O artigo **Jornal A Sirene e a retratação do cotidiano como instrumento de comunicação, mobilização e disputa de narrativas** tem como objetivo analisar como o jornal A Sirene – Para Não Esquecer utiliza-se dos relatos sobre a vida cotidiana dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, para denunciar o crime ambiental, promover mobilização e a disputa de narrativas sobre o

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Elaine Dal Gobbo é jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo e especialista em Gestão Estratégica de Marketing por essa mesma instituição de ensino, onde atualmente cursa o mestrado em Comunicação & Territorialidades e tem como orientador o professor Doutor Edgard Rebouças. E-mail: elaine.jornalista@yahoo.com.br.
[3] José Edgard Reboucas tem formação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (1990), mestrado em Sciences de lInformation et de la Communication - Université Grenoble 3 (1994) e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com estágio de pesquisa na Université du Québec à Montréal (2003). É professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), coordenador do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. Tem experiência na área de pesquisa em Comunicação, com ênfase em Indústrias Culturais e Políticas de Comunicações, atuando principalmente nos seguintes temas: regulação/regulamentação, direitos humanos, televisão, jornalismo, publicidade, educomunicação e observatórios de mídia. E-mail: edreboucas.br@gmail.com

ocorrido e suas consequências. Para começar, será feita uma retrospectiva sobre o crime ambiental.

No dia cinco de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, controlada pela Samarco Mineração S.A, um empreendimento conjunto da brasileira Vale S.A. e da anglo-australiana BHP Billiton, maiores mineradoras do mundo. A barragem está localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, no município mineiro de Mariana.

Segundo o artigo Fórum Capixaba das Entidades em Defesa do Rio Doce: Comunicação, Denúncia e Mobilização Social, de autoria de Elaine Dal Gobbo e Arthur Gomes dos Santos, que será publicado nos anais da XI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, realizada em 2016 (Em fase de pré-publicação), o rompimento da barragem, considerado o maior desastre socioambiental da história brasileira e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos, causou a destruição do Rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios ao longo dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Além disso, de acordo com Dal Gobbo e Santos, houve a morte de 19 pessoas, destruição do distrito de Bento Rodrigues, desalojamento de cerca de 650 pessoas e destruição da forma de vida das populações ribeirinhas, a exemplo dos povos indígenas, dependentes do rio; dos pescadores e demais trabalhadores que, direta ou indiretamente, dependiam da atividade pesqueira, como proprietários e funcionários de restaurantes cujo foco era a gastronomia com base em peixes e frutos do mar. Destaca-se, ainda, o fato de que uma média de 800 mil pessoas ficaram sem água potável.

Cruz e outros (2016) salientam que o rompimento da barragem foi responsável por lançar no Rio Doce 60 milhões de m³ de lama resultantes da produção de minério de ferro, afetando a biodiversidade ao chegarem ao Oceano Atlântico. Também afirmam que isso pode ser responsável por impactos negativos na saúde das pessoas que vivem ao longo do rio. As consequências podem ser físicas ou psicológicas, levando em consideração as especificidades dos impactos em cada cidade atingida, bem como a realidade ambiental de cada uma delas.

Segundo Cruz e outros (2016), o sofrimento psíquico pode se relacionar, por exemplo, com perdas materiais e simbólicas, como casa, objetos pessoais, meios de subsistência, ruptura da dinâmica comunitária, alteração brusca do cotidiano, morte de entes queridos, falta de assistência por parte das empresas que cometeram o crime

ambiental, causando, por exemplo, depressão, estresse pós-traumático, problemas de sono, síndrome do pânico e ansiedade.

Ainda segundo Cruz e outros (2016), observou-se, após o rompimento da barragem de Fundão, a aparição de problemas gastrointestinais, dermatológicos e respiratórios, como diarreias, vômitos, dermatites, rinites, entre outros, apesar de não haver como afirmar se há nexo causal entre essas doenças e o crime ambiental. Entretanto, de acordo com Cruz e outros (2016), com base em informações do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) da cidade capixaba de Baixo Guandú, há grandes índices de metais como arsênio, bário, chumbo, cobre, mercúrio e outros na água do Rio Doce. Em excesso esses metais podem ser nocivos à saúde.

Três meses depois do rompimento da barragem foi lançado o jornal impresso *A Sirene – Para Não Esquecer*, totalmente produzido pelos sirenistas, nome dado às vítimas do crime ambiental para lembrar que se a Samarco tivesse cumprido com a obrigação de acionar uma sirene no momento do rompimento as populações que moravam perto da barragem poderiam fugir a tempo. O nome também é uma forma de contestar termos utilizados pela mineradora, como assistidos e beneficiários, que dão a ideia de que a empresa os protege (BRITTES, 2016, p. 02).

Após contextualizar o crime ambiental cometido pelas mineradoras Vale, Samarco e BHP Billiton e apontar algumas de suas consequências, serão feitas reflexões sobre a vida cotidiana com base nos autores Agnes Heller, Beatriz Bretas e Anthony Giddens, para, a partir dessa reflexão, apontar, por meio da análise do Jornal *A Sirene – Para Não Esquecer*, como o rompimento da barragem provocou mudanças no cotidiano dos atingidos pelo crime ambiental. Além disso, debater como essa retratação do cotidiano por meio do veículo de comunicação se insere na disputa de narrativas e contribui para a mobilização dos atingidos.

Reflexões sobre a vida cotidiana

A vida cotidiana tem como partes orgânicas tarefas diárias, como organização do trabalho e da vida privada, lazer, descanso, entre outros, havendo uma hierarquização dessas atividades que não é imutável, podendo ser modificada de acordo com as estruturas econômico-sociais. Além disso, o ser humano nasce já inserido em sua cotidianidade, ou

seja, num determinado ambiente no qual os elementos dela são aprendidos. O ser humano é, portanto, produto e expressão de suas relações sociais (HELLER, 2014, p. 31).

O inusitado pode quebrar o cotidiano. Um exemplo disso é a ocorrência de tsunamis em locais onde isso não costuma acontecer (BRETAS, 2006, p. 30). Logo, a questão da não imutabilidade da hierarquização das atividades que fazem parte da vida cotidiana, afirmada Heller, vai ao encontro do que é destacado por Bretas, pois desastres ambientais como o rompimento da Barragem de Fundão podem ser exemplo dessa quebra, que exige uma mudança na vida cotidiana.

A não imutabilidade da hierarquização das atividades também é perceptível quando a confiança interfere em muitas decisões cotidianas, apesar dessas decisões nem sempre serem conscientes (GIDDENS, 2002, p.25). Com base no pensamento de Giddens, pode-se afirmar que a falta de confiança pode gerar crises, como a das instituições, nas quais muitos não mais acreditam.

A Sirene – Para Não Esquecer: o que é, como surgiu, quem faz e o que objetiva

A criação do Jornal A Sirene foi uma iniciativa dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão e apoiadores. A montagem das equipes de apuração, formadas por pelo menos um atingido, um fotógrafo e um colaborador, foi feita na primeira reunião de pauta, convocada no boca a boca. Os sirenistas exercem diversas funções jornalísticas, como produção de pauta, apuração, redação, diagramação, distribuição, entre outros (BRITTES, 2016, p.02).

Algumas das premissas do jornal são pautar-se no respeito às narrativas e interesses dos atingidos, não repetindo práticas comuns do jornalismo. O informativo tem como principais apoiadores a Diocese de Mariana, o Padre Geraldo Martins, Pároco da região devastada; os coletivos "Um Minuto de Sirene"[4], Fotógrafos de Ouro Preto[5] e Nitro imagens[6]. Esses apoiadores foram os fundadores, aos quais uniram-se professores e

[4] Coletivo formado em Mariana, Minas Gerais, após o crime ambiental. É composto por pessoas que querem manter vivo d debate sobre o ocorrido, preservar a memória, lutar pelos direitos dos atingidos e promover livre circulação de informações. Todo dia 05 de cada mês o coletivo promove um minuto de sirene na Praça da Sé, em Mariana.
[5] Trata-se de um projeto dedicado às artes visuais que realiza ações nas cidades de Ouro Preto e Mariana. Promovem reflexões em torno da memória social e da utilização da fotografia como meio de percepção das transformações sociais.
[6] A Nitro Imagens surgiu em 2003 e busca utilização a fotografia como instrumento para contar histórias.

alunos do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O jornal é distribuído no quinto dia de cada mês em virtude da data do rompimento da barragem, que foi em cinco de novembro de 2015 (BRITTES, 2016, p.03).

Motta, citado por Brittes (2016, p. 04), afirma que a complexidade das relações sociais é traduzida pelas representações discursivas, mediadas por veículos de comunicação, profissionais corporativos, como jornalistas, diagramadores e fotógrafos; e, por último, pelas fontes jornalísticas.

Entre as motivações que levaram à criação do Jornal *A Sirene – Para Não Esquecer* está o desequilíbrio na administração das vozes presentes na narrativa feita pela cobertura midiática, cabendo aos especialistas e às fontes ligadas à mineradora Samarco destaque nas manchetes e chamadas, além de espaço privilegiado nos demais espaços da notícia. Também há o reconhecimento por parte dos atingidos de que suas falas são editadas de acordo com o interesse do veículo de comunicação. Destaca-se, ainda, o sensacionalismo presente na cobertura que fez com que os atingidos fossem desaparecendo das matérias, dando lugar a imagens da destruição. Isso acontece mesmo quando a pauta é de extrema importância para a vida dos atingidos, como a escolha do local de reconstrução das vilas atingidas (BRITTES, 2016, p.08).

Cotidiano, comunicação, mobilização e disputa de narrativas

Motta, citado por Brittes (2016, p.05) afirma que, tradicionalmente, o veículo de comunicação é o primeiro narrador. Ele detém maior poder e subordina o jornalista, segundo narrador, que faz o mesmo com as fontes jornalísticas, que são os terceiros narradores. Os envolvidos na narrativa utilizam diversas estratégias de ação para alcançar maior visibilidade e fazer prevalecer seus pontos de vista. O primeiro narrador relata uma história que não testemunhou nem apurou diretamente. Ao segundo se atribui o poder de selecionar e posicionar os atores sociais, transformando-os em personagens, como protagonistas, vilões e heróis, sendo que essas escolhas são realizadas de acordo com os valores pessoais, profissionais e os interesses do jornal, além da negociação com as fontes. Ao terceiro narrador cabe o menor poder de voz, já que ele é "eleito" pelo jornalista.

O jornal *A Sirene – Para Não Esquecer*, foge dessa regra, pois o terceiro narrador não tem o menor poder de voz. Ele é a voz principal do informativo e, também, cumpre

a função de ser também o segundo narrador, sendo, portanto, fonte e jornalista, já que são os próprios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão que cumprem funções como as de produção de pauta, apuração, redação, diagramação, distribuição, entre outros. A afirmação de Brittes relatada neste mesmo capítulo, sobre o reconhecimento por parte dos atingidos de que suas falas são editadas de acordo com o interesse do veículo de comunicação, sendo esse um dos fatores motivadores para a criação do jornal, foi o que impulsionou alterações quanto ao poder de voz dos narradores em *A Sirene – Para Não Esquecer*.

Trata-se de um exemplo concreto do pensamento de Anthony Giddens, já exposto neste capítulo, por meio do qual defende que a falta de confiança pode gerar a descrença em relação às instituições. No caso dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, é notória a falta de confiança na imprensa. Mais do que isso, essa falta de confiança inseriu no cotidiano dos sirenistas o compromisso com a criação e manutenção de *A Sirene – Para Não Esquecer*, passando que em seu dia a dia fossem inseridas atividades jornalísticas, como reunião de pauta, entre outros, que não faziam parte de suas realidades.

Outra característica do jornal é seu caráter mobilizador, expresso, por exemplo, em seções como Agenda e Pelo Direito de Entender. O primeiro tem como um de seus objetivos trazer informações sobre futuras atividades e eventos de interesse dos atingidos, como reuniões com as comissões de atingidos nas diversas comunidades impactadas pelo crime ambiental, reuniões de negociação com a Samarco e as autoridades competentes, entre outros.

Uma das fabulações da globalização, que buscam esconder sua perversidade, é a ideia de que a comunicação se tornou possível à escala do planeta, sendo possível saber o que acontece em qualquer lugar. Trata-se da ideia de aldeia global. Contudo, ao contrário do que ocorre nas verdadeiras aldeias, é mais fácil se comunicar com quem está longe do que com as pessoas que estão por perto. E quando essa comunicação se concretiza ela não se dá por meio da interação entre os indivíduos, e sim, pelo que é veiculado pela mídia, com interpretações interessadas e interesseiras dos fatos (SANTOS, 2007, p. 41).

Assim, a Agenda vai ao encontro dessa ideia ao buscar levar informações sobre atividades locais, buscando estabelecer uma comunicação entre as pessoas da mesma "aldeia".

A seção "Pelo Direito de Entender" destina-se a esclarecer questões como o papel de determinados órgãos, como o Ministério Público; e quais são os direitos dos atingidos e como alcançá-los. Essa iniciativa vai ao encontro da afirmação de Paulo Freire (2013, p. 29), que diz que só se aprende de verdade quando a pessoa se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, podendo aplicar o aprendido-apreendido em situações existências concretas.

A afirmação de Paulo Freire não é aplicável somente no que diz respeito ao conteúdo escolar, mas também à mídia, já que, muitas vezes, as informações transmitidas por ela mencionam, por exemplo, diversos órgãos públicos como se todos soubessem exatamente quais são suas funções. Isso faz com que a informação emitida não seja apreendida, impossibilitando sua aplicação no dia a dia das pessoas.

Os atingidos pelo rompimento da barragem precisam recorrer a determinados órgãos para reivindicar direitos, mas para isso precisam saber a função deles para compreender a qual buscar. Além disso, essa compreensão possibilita entender melhor o desenrolar dos acontecimentos, já que órgãos como Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e outros atuam diretamente nesse desenrolar. O fato torna-se muito mais compreensível para a pessoa ao receber, por exemplo, a informação de que a Samarco terá que comparecer a uma audiência no Ministério Público, quando se sabe o papel dele, o porquê dele estar envolvido no processo. Este é um dos traços da disputa de narrativa por parte do jornal A Sirene.

A busca pelo parecer de especialistas são traços da modernidade, que valoriza o conhecimento científico em detrimento da tradição (GIDDENS, 2002, p.25). A disputa de narrativas em *A Sirene – Para Não Esquecer* também está presente no fato de que o informativo, ao contrário da mídia tradicional, não dá muito espaço para os chamados especialistas.

Essa valorização dos especialistas encontra-se presente nos veículos de comunicação hegemônicos quando priorizam o parecer de especialistas em detrimento das experiências vividas por outros tipos de fontes jornalísticas. Como foi dito na introdução deste capítulo, após o rompimento da barragem houve o aumento de doenças físicas e psíquicas. Na edição nº 3 de *A Sirene – Para Não Esquecer*, de junho de 2016, esse assunto é abordado, mas não com base em entrevistas com especialistas da área da saúde, e sim, no relato da atingida Simone Silva, moradora do município mineiro de Barra Longa. Simone retrata o estado de saúde de sua filha, de um ano:

> Minha filha, de apenas um ano, tem sido prisioneira dentro de casa e o motivo é a alergia. Quando ela sai para a rua, porque precisa ir na praça tomar vacina, volta toda encalombada. No escritório da Samarco falam para mim provar que essa alergia é consequência da lama, porque eles dizem que a lama não é tóxica e que já foi analisada. Mas eu sou obrigada a discordar, pois quando minha filha coloca o pé na rua ela enche de caroço. Sei que aquele ar de deboche é pra mim, os funcionários da Samarco pensam que a gente é bobo. Estou super, super revoltada. A lama que chegou em Barra Longa tem feito eu gastar um absurdo em medicamento com minha filha, o hidratante mais barato custa R$ 55,00. E dizem, simplesmente, que não fui atingida. (A Sirene – Para Não Esquecer, pág. 18, jun.2016).

Logo, percebe-se em *A Sirene – Para Não Esquecer*, por meio dessa iniciativa, o questionamento em relação à tendência de deixar de lado as experiências dos atingidos e achar que o reconhecimento de que o rompimento da barragem trouxe sequelas para a saúde das pessoas deve passar necessariamente pelo crivo da ciência. No relato de Simone isso fica claro quando ela destaca que "no escritório da Samarco falam para mim provar que essa alergia é consequência da lama, porque eles dizem que a lama não é tóxica e que já foi analisada". Ou seja, a experiência vivida por ela não é levada em conta. Assim, *A Sirene – Para Não Esquecer* mostra a desconfiança em relação aos sistemas especializados por parte dos atingidos.

Não somente por meio do relato de Simone, mas também dos de muitos outros atingidos, *A Sirene – Para Não Esquecer* busca mostrar as alterações sofridas na vida cotidiana das pessoas em virtude do crime ambiental. O depoimento da pescadora Rejane Soares Rosa, da cidade capixaba de Baixo Guandú, é um exemplo da afirmação de Bretas sobre como o inusitado pode alterar a vida cotidiana:

> O último ano significou uma mudança radical. Ninguém aqui esperava que aquilo (o rompimento da barragem) fosse acontecer. No início veio o desespero. Não tínhamos informações precisas sobre as consequências, sobre quanto tempo as coisas iam demorar para voltar ao normal. Depois que as informações chegaram e ficamos cientes do tamanho do estrago causado, ficamos revoltados... Após o crime ambiental, abracei uma nova atividade: a militância. Isso foi possível por meio da atuação do Movimento dos Atingidos

> por Barragem (MAB)[7]. Os integrantes do movimento fizeram um trabalho de conscientização e mobilização. A partir daí conseguimos fazer algumas manifestações. A cada ato conseguíamos aumentar o número de pessoas reconhecidas como atingidas pela empresa. (A Sirene – Para Não Esquecer, pág. 13, nov.2016).

No depoimento de Rejane também é perceptível que a hierarquização das atividades que fazem parte da vida cotidiana não é imutável, conforme afirma Heller. Isso está presente quando a pescadora diz que após o crime ambiental passou a se dedicar a uma atividade que para ela era nova: a militância. Algo parecido aconteceu com a agente de saúde Maria do Carmo, moradora de Colatina, no Espírito Santo. A militância, para ela, não era uma atividade nova, e sim, uma atividade que passou a ser intensificada, a ser mais ainda mais presente em seu cotidiano:

> Sou agente de saúde e já atuava como sindicalista antes do crime ambiental. Também tive minhas atividades de militância ampliadas após o rompimento da Barragem de Fundão. Passei a integrar o Fórum SOS Rio Doce[8], o MAB e o Fórum Capixaba do Rio Doce[9]. Minha rotina passou a ser mais intensa. Sempre recebo demandas de pessoas atingidas que querem saber como reivindicar seus direitos, além de checar informações divulgadas pela imprensa a respeito do caso. (A Sirene – Para Não Esquecer, pág. 13, nov.2016).

Também na edição de novembro de 2016, que foi o especial de um ano do crime ambiental, a professora Angélica Peixoto revela a saudade que tem de sua cotidianidade, ou seja, do ambiente do qual apreendeu seus elementos, conforme Agnes Heller.

> Um ano. Um ano sem Paracatu. Um ano sem "lá fora". É isso mesmo! Sem "lá fora". Ouvi essa expressão e fui tomada imediatamente pela certeza de que ela sintetiza muito a saudade que temos: as experiências de trocas com a natureza,

[7] Movimento popular brasileiro que tem como objetivo organizar atingidos pela construção de barragens para a defesa de seus direitos.
[8] O Fórum tem como objetivo informar, mobilizar e promover espaços de representação dos interesses dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão.
[9] O Fórum Capixaba do Rio Doce é uma organização composta por cerca de 80 entidades, entre elas, sindicatos, movimentos sociais e grupos acadêmicos que se uniram em favor dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão. Trata-se de um espaço de articulação local, regional, nacional e internacional com o objetivo de alcançar a punição dos causadores do crime ambiental, a reparação dos danos causados e compromisso formal das empresas criminosas e dos órgãos do Estado Brasileiro com medidas de proteção e prevenção que garantam segurança a quem vive e trabalha na Bacia do Rio Doce.

> como sentir o vento no rosto, escutar o som dos pássaros, sentar no chão. Em minha memória, sinto o cheiro do mato pisado e repisado na vivência de todos os dias. Sem esforço, ouço a risada das nossas crianças subindo nas árvores. - "Desce daí, menino, você vai cair!" Na entrada da minha casa, tinha uma amoreira que fazia a alegria das crianças e dos passarinhos. Havia uma disputa das frutas: todos queriam comer as amoras docinhas. Era fácil, estavam ao alcance das mãos. Seus galhos compridos e baixos pediam que subíssêmos nele; e assim fazíamos. Vejo claramente os pezinhos dos meninos manchados pelo suco das frutas caídas pelo chão. Saudade da amoreira! Ainda está lá, coberta de lama, somente as folhas da copa, que, meio amareladas, mostram um resto de vida. Até quando, não sei, à sua volta só tem destruição. Lembro-me da brincadeira de belisca e da correria das crianças pelo quintal para catar olho de boi, semente grande de cipó, ideal para o jogo. Precisavam de doze, para as duplas, trios e quantos mais chegassem. O curioso é que não se via as crianças, pois estavam no meio das árvores. Apenas as ouvíamos conversando, rindo e disputando uma a uma as sementes. De vez em quando, uma delas me chamava pelo nome. Eu as reconhecia pela voz. Como eram alegres! Lá fora era o lugar em que as crianças brincavam, se divertiam explorando gramados, convivendo com plantas e flores. Ah! As flores! Nossos jardins não tinham projetos paisagísticos, mas floresciam o ano todo, rico em cores e perfumes. Cada casa, por menor que fosse seu espaço, tinha flores, uma horta, uma árvore, um pezinho de fruta ou apenas um limoeiro. O "lá fora" faz muita falta! Para amenizar a ausência da natureza, aprendemos a fazer horta vertical em recipiente descartável. Não me saí muito bem. Plantei uma mudinha de alface. Coitada. Morreu. (A Sirene – Para Não Esquecer, pág. 03, nov.2016)

A busca pelo resgate dessa cotidianidade está presente na fala da professora quando relata que, para amenizar a ausência da natureza, foi feita uma horta vertical em recipiente descartável. A saudade que ela sente do "lá fora" e o fato de reconhecer que não se saiu bem na horta vertical mostram que, por mais que haja tentativa de resgate da cotidianidade perdida, ela não pode ser recuperada plenamente. O que existe é uma adaptação da antiga cotidianidade a uma nova, para deixá-la semelhante à primeira.

O resgate da cotidianidade também está presente no desejo de José de Patrocínio. Ele quer manter a tradição da Folia de Reis como ela sempre foi, no mesmo lugar de sempre, ao som dos mesmos instrumentos, preservando elementos da cotidianidade do povo de Paracatu de Baixo, como a demonstração de fé, presente na Folia de Reis:

> A Festa do menino Jesus é uma das principais manifestações culturais de Paracatu de Baixo e sobrevive há 46 anos. Outra tradição local é a Folia de Reis, que corre por mais de séculos. Instrumentos e vestimentas usados na Folia foram levados pela lama, mas a memória afetiva criada em torno da tradição e a vontade em continuá-la permanece. José do Patrocínio, seu Zezinho, é um dos principais defensores dessas duas heranças. Para arrecadar dinheiro para a Festa do menino Jesus, que acontece em setembro, seu Zezinho e seu grupo saíam com a Folia passando por monsenhor Horta, Campinas, Ponte do Gama, Furquim e redondezas. Em outros locais, a Festa do menino Jesus é realizada em dezembro, próximo ao nascimento de Cristo. Em Paracatu, a data foi alterada para setembro, para evitar que a chuva atrapalhasse as comemorações. A vontade de Seu Zezinho é realizar a Festa onde ela sempre aconteceu, no terreiro de sua casa, em Paracatu. Seu desejo é mantê-la grandiosa. Quer ver o povo celebrar, com fartura, na data escolhida. O promotor marcos Paulo de Souza Miranda defende o anseio de seu Zezinho. O coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais segue pressionando a Samarco para que a Capela seja entregue até setembro. Seu Zezinho pôde ver a igreja por dentro dos tapumes, mas por fora das paredes. As obras de retirada da lama seguem a passos lentos. Os arqueólogos ainda buscam por peças sacras enterradas a mais de 1 metro e meio de lama ao redor da Capela. Até lá, a Folia não para. Seu Zezinho e seu grupo, composto por foliões de Águas Claras e Paracatu, se apresentam em outros eventos, como o Festival da Vida, em mariana. Ganharam duas sanfonas e a Samarco iniciou a entrega de alguns instrumentos que sua lama levou. Eram oito bumbos, três sanfonas, oito pandeiros, chic chic, reco-reco, violão... Seu Zezinho segue esperançoso. Quer de volta a casa, a Capela e seguir, mantendo a tradição que defende com garra há 46 anos. (A Sirene – Para Não Esquecer, pág. 11, jun.2016)

Conclusões

Com base nas reflexões feitas, é possível concluir que o jornal *A Sirene – Para Não Esquecer* cumpre o papel de levar aos leitores informações mais abrangentes sobre os impactos do crime ambiental cometido pela Samarco. Isso se dá pelo fato do informativo dar direito de voz primordialmente aos atingidos, que encontram no veículo de comunicação um espaço para aprofundamento de suas falas sobre determinados temas.

Além disso, conseguem, por meio de *A Sirene – Para Não Esquecer*, pautar assuntos que acham relevantes para a mobilização dos atingidos e também os que

consideram importante que outros grupos sociais possam ter contato. Logo, trata-se de uma iniciativa importante para a democratização da comunicação, não somente em virtude do amplo direito de fala dos atingidos, mas também por fazer com que os leitores, independente de serem atingidos ou não, possam ter acesso a informações que não são encontradas na grande mídia ou são abordadas de maneira superficial por ela.

Relatar a vida cotidiana, por meio das linguagens textual e visual, as mudanças que ela sofreu por causa do crime ambiental, a tentativa de resgate da cotidianidade perdida, entre outros, são uma das principais formas utilizadas para promover essa democratização.

Referências

BRITTES, Gorski Juçara. **Jornal A Sirene e o Direito à Comunicação dos Atingidos pela Barragem.** In: Anais do XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, São Paulo: Intercom, 2016.

A SIRENE – PARA NÃO ESQUECER, nº 8, nov 2016, p. 13. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu. Acesso em: 07 jan. 2017.

A SIRENE – PARA NÃO ESQUECER, nº 8, nov 2016, p. 03. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu. Acesso em: 07 jan. 2017.

CRUZ, Maria Abreu Corradi. et. al. Algumas análises sobre os impactos à saúde do desastre em Mariana (MG). In: LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce – Antecedentes, Impactos e Ações sobre a Destruição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. P. 163 – 193.

FRANÇA, Vera, GUIMARÃES, César. **Na Mídia, na Rua: Narrativas do Cotidiano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?.** 16ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: JZE, 2002.

HELLER, Agnes**. O Cotidiano e a História**. 10ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

DAL GOBBO, Elaine; SANTOS, Arthur Gomes dos. **Fórum Capixaba das Entidades em Defesa do Rio Doce: Comunicação, Denúncia e Mobilização Social.** 2016. Artigo apresentado na XI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, Vitória, 2016.

PEIXOTO, Angélica. **Um ano sem lá fora.** Sirene – Para Não Esquecer, Mariana, nov. 2016. Pág. 03.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento crítico à consciência universal.** 14ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

A SIRENE – PARA NÃO ESQUECER, nº 3, jun 2016, p. 18. https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu. Acesso em: 07 jan. 2017.

A SIRENE – PARA NÃO ESQUECER, nº 3, jun 2016, p. 11. https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu. Acesso em: 07 jan. 2017.